



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM
CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTE**

A C Ó R D ã O N.º 16/2018

**PROCESSO Nº.: 2014.003659-2
RECORRENTE: PATRICIA MENDONÇA PIMENTEL
RECORRIDA: FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL
RELATOR: CONSELHEIRO LUIS PAULO SILVA DOS SANTOS**

***EMENTA: TRIBUTÁRIO. IPTU. RECLAMAÇÃO
CONTRA LANÇAMENTO. BASE DE CÁLCULO.
VALOR VENAL. BASE CALCULADA DEFINIDA EM
AVALIAÇÃO IMOBILIÁRIA ESPECÍFICA.
ATIVIDADE DE COMPETÊNCIA PRÓPRIA DA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. RECURSO DE OFÍCIO
CONHECIDO E IMPROVIDO.***

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros presentes deste Conselho Municipal de Contribuintes – CMC, por maioria de votos, em conhecer do recurso interposto, julgando IMPROCEDENTE, mantendo a Decisão de Primeira Instância Administrativa sob o número 1223/2014 que determinou a remissão dos boletos para pagamento do IPTU 2014, com 20% (vinte por cento) para pagamento à vista, caso não tenha feito nenhum pagamento, ou em prestações mensais dentro deste ano.

Parnamirim, 07 de novembro de 2018.

**Bruno Fonseca de Oliveira
PRESIDENTE**

**LUIS PAULO SILVA DOS SANTOS
CONSELHEIRO RELATOR**